

Elogiada a colocação de Sarney

"Quem não tem reserva, não negocia; cede." Com esse ponto de vista, o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Paulo Francini, considerou extremamente positivas as posições manifestadas pelo presidente José Sarney, na entrevista coletiva de ontem. Tanto as declarações anteriores do presidente quanto as da coletiva, segundo Francini, demonstram que o Brasil caminha para um maior realismo e soberania na questão da dívida externa. "Forma-se um consenso sobre a nova forma de negociação."

O fato de o presidente dizer que as reservas cambiais não cairão além de um limite não revelado e, para que isso não ocorra, o Brasil suspenderá o pagamento dos juros, coloca, na opinião de Francini, um limite claro para o pagamento, ou seja, o País pagará sem comprometer suas reservas. Isso é extremamente importante, segundo ele, porque a reserva é o caminho para se negociar.

Quanto à questão de reforma agrária, o vice-presidente da Fiesp acha que "é preciso eliminar o tom passional, porque a sociedade não quer divisões entre mocinhos e bandidos. Não se deve polarizar o tema, e sim buscar soluções". O País, segundo Francini, está atravessando uma fase política de turbulências naturais, mas nesse momento a pior posição é a dos extremos. "A Nova República necessita de um espírito de entendimento."

Já quanto ao CIP, Francini diz temer os poderes soberanos que decidem a concessão ou não de reajustes de preços. Acha perigoso tanto o congelamento quanto o controle ou mesmo a liberdade vigiada, pois, em sua opinião, não há como o País crescer através da iniciativa privada sem a motivação das empresas, que é o lucro.

Mário Amato — presidente em exercício da Fiesp — disse que Sarney foi incisivo e coerente mas acha que é preciso definições sobre o rumo certo da política e garantia de que não haverá mudança nas regras do jogo. Em sua opinião, Sarney reforçou a proposta da Nova República na área econômica, só que o mais difícil de se concretizar é o pacto político, que considera necessário, pois, sem ele, "poderá haver inquietação por parte da sociedade".

Carlos Eduardo Uchoa Fagundes, por sua vez, elogiou o contato do presidente com a imprensa e achou que a entrevista revelou o pensamento do presidente. Mas, por outro lado, criticou o contato de Sarney, na sexta-feira, com empresários que, para ele, só representam suas próprias empresas e não o pensamento da classe, a qual deveria ser representada pela Fiesp.

Ainda esta semana a fixação do teto de recursos às estatais

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney deve anunciar até o fim desta semana, possivelmente amanhã, o novo teto dos recursos destinados às empresas estatais, calculados segundo uma inflação de 200,6% a 207,7% até dezembro. Esta informação foi confirmada ontem pelo secretário Especial de Controle das Estatais, Henri Philippe Reischtl, que esteve reunido ontem com o secretário-geral do Ministério das Minas e Energia, Paulo Richer, órgão que controla cerca de 65% deste orçamento, calculado em Cr\$ 37,1 trilhões e projetado com base numa inflação de 120%.

Com uma série de decretos, o presidente Sarney fixará o novo Plano de Despendios Globais (PDG) das 422 entidades da administração pública indireta e sobre a desestatização, incluída a transferência de empresas estatais à iniciativa privada e a abertura do capital de empresas públicas, com a comercialização de seus papéis no mercado acionário.

Ainda ontem, a Secretaria Especial de Controle das Estatais (Sest) preparava a minuta do decreto presidencial do novo PDG para 1985 (o mesmo que orçamento global/Sest), já com os cortes consolidados sobre o orçamento original de Cr\$ 227,1 trilhões. Este teto, elaborado no governo anterior com base numa inflação prevista de 120% para 1985, foi reavaliado com base numa inflação de 200,6% e em seguida estabeleceu-se um corte de Cr\$ 18,8 trilhões na rubrica de investimentos e de Cr\$ 4,2 trilhões na de "outros custeios", excluindo corte de salários.

CONTROVÉRSIA

Na área da previdência social, a Seplan estabeleceu um corte de Cr\$ 4 trilhões e no subsídio ao açúcar, álcool e trigo, Cr\$ 1 trilhão. O anunciado corte causou muita controvérsia entre as empresas e, em consequência, a Sest passou a sofrer imensas pressões, mesmo com a garantia dada pelo ministro João Sayad de que os cortes não são lineares, mas seletivos, poupando aquelas empresas rentáveis que realizam um ou outro investimento não classificado como inviável ou "equivocado".

Quanto à desestatização, a Seplan já elaborou o projeto prevendo a transferência à iniciativa privada de pelo menos 20 empresas estatais tidas como concorrentes daquele setor, por não atuarem em áreas estratégicas da economia. A Seplan guarda sigilo sobre a questão, por razões éticas. Enquanto isso, a Sest e a Comissão de Valores Mobiliários estão concluindo os estudos para a abertura de capital de algumas estatais consideradas sadias financeiramente, pretendendo, com isso, obter Cr\$ 1 trilhão com a venda de ações,

ainda este ano. O foro poderá ser tanto as Bolsas de Valores quanto as agências bancárias espalhadas por todo o País.

Richer e Reischtl discutiram ontem a relação de projetos que deverão ser objeto de reexame pelas diversas empresas vinculadas ao Ministério das Minas e Energia, e que será submetida ao presidente para deliberação, sendo dele a decisão final sobre onde — e de quanto — haverá cortes, em cada empresa. O presidente estaria, segundo informação que circulou ontem no Palácio do Planalto, com disposição para poupar os cortes dos setores siderúrgico e de eletricidade.

De acordo com o orçamento anterior da Sest para 85, o grupo Eletrobrás está autorizado a investir Cr\$ 6,9 trilhões, o que equivaleria em termos reais, a uma redução de 8,4% em relação aos recursos do ano passado. O orçamento global da Eletrobrás estava fixado em Cr\$ 29,5 trilhões, dos quais Cr\$ 15,1 trilhões para despesas de capital, sendo Cr\$ 6,9 de investimentos e Cr\$ 8,1 trilhões para o serviço da dívida. As despesas correntes do grupo eram de Cr\$ 14,4 trilhões, sendo Cr\$ 1,3 trilhão de pessoal.

INSUFICIENTES

Tais volumes de recursos foram considerados insuficientes para manter o ritmo do programa de obras da Eletrobrás, que deveria iniciar ainda este ano ou, no mais tardar, no primeiro trimestre do próximo, 17 usinas hidrelétricas, termelétricas a carvão e nuclear que atenderiam ao mercado a partir dos anos 1990/95, quando Itaipu e a primeira fase da usina de Tucuruí já tivessem sido absorvidas.

As usinas em construção totalizam 25 milhões de quilowatts, dos quais 12,6 milhões correspondem a Itaipu. As usinas com a construção por iniciar representam 17,5 milhões de quilowatts e incluem a segunda fase de Tucuruí (3,3 milhões de kW), Xingo (cinco milhões de kW), e a segunda etapa de Itaparica (um milhão de quilowatts). Várias destas usinas tiveram seus equipamentos comprados com antecedência, em operação de créditos casados, que visavam mais a fechar as contas externas do País.

O total de usinas em construção, e por iniciar, representa 42,5 milhões de quilowatts. A capacidade atual do sistema elétrico é de 40,5 milhões de quilowatts e será o comportamento do consumo que determinará quando ele deverá duplicar. Para uma taxa de crescimento médio de 7% ao ano, em uma década o consumo seria o dobro do atual, devendo todas estas usinas estarem, portanto, em operação em 1995. Mas o consumo de eletricidade está crescendo a taxas da ordem de 12%, o que poderá diminuir este prazo para seis anos.